

AS EMOÇÕES COMO O *MOTUS* DAS AÇÕES MORAIS EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Eugênia Ribeiro Teles¹

orcid.org/0000-0002-1134-7603

Sérgio de Faria Lopes²

orcid.org/0000-0001-6472-6765

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo argumentar em favor da hipótese de que as emoções, mais especificamente a empatia e a compaixão, são elementos fundamentais nas tomadas de decisão e ações em relação ao meio ambiente. Elas são essenciais por possibilitarem uma aproximação da natureza, derrogando, assim, o distanciamento histórico antrópico, bem como por favorecer a emersão de um sentimento de pertença ambiental. Tanto o sentimento de aproximação como o de pertencimento são importantes para ações morais baseadas em uma ética ambiental ecocêntrica, visto que a visão antropocêntrica presente nas éticas tradicionais tem levado o ser humano a praticar ações que possuem consequências degradantes e destrutivas no cômputo global e, principalmente, para o equilíbrio dos ecossistemas e de toda a biosfera. Diante disso, urge reflexões buscando encontrar novos paradigmas relacionais que evidenciem o valor intrínseco do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Compaixão. Empatia. Ética Ambiental.

EMOTIONS AS THE MOTUS OF MORAL ACTIONS IN RELATION TO THE ENVIRONMENT

ABSTRACT: This article aims to argue in favor of the hypothesis that emotions, more specifically empathy and compassion, are fundamental elements in decision-making and actions in relation to the environment. They are essential for enabling an approximation of nature, thus, overturning the anthropic historical distance, as well as for favoring the emergence of a feeling of environmental belonging. Both the feeling of closeness and belonging are important for moral actions based on an ecocentric environmental ethics, since the anthropocentric vision present in traditional ethics has led human beings to carry out actions that have degrading and destructive consequences on a global basis, mainly for the balance of ecosystems and the entire biosphere. Given this, there is an urgent need for reflection seeking to find new relational paradigms that highlight the intrinsic value of the environment.

¹ Doutora em Filosofia (Ufpe-Ufpb-Ufrn) pela Universidade Federal da Paraíba. Professora temporária no Departamento de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: eugenateles@servidor.uepb.edu.br

² Doutor em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais pela Universidade Federal de Uberlândia (2010). Professor Adjunto da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduado em Filosofia pela mesma instituição. E-mail: sergiolopes@servidor.uepb.edu.br

KEYWORDS: Compassion. Empathy. Environmental Ethics.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a degradação ambiental decorrente da ação humana é um fato que preocupa e tem sido foco de muitas discussões, envolvendo diversos líderes mundiais. Isso ocorre porque esse estágio de degradação tem trazido diversos prejuízos, incluindo processos de extinção de espécies e fragmentação de *habitats* para todos os seres vivos no planeta, o que direciona perdas de serviços e funções ecossistêmicas extremamente importantes para a manutenção da vida na Terra. Entretanto, é inegável que o ser humano precisa utilizar recursos naturais para a sua sobrevivência, evidenciando, assim, um conflito que envolve, por um lado, a utilização dos recursos naturais e, por outro lado, a necessidade de sua conservação.

Se, por um lado, encontramos uma exploração desmedida, um abuso, um descuido dos seres humanos em relação ao meio ambiente, oriundos da agenda neoliberal, tecnológica e da melhoria das condições de vida dos seres humanos, por outro, temos a necessidade de conservar e restabelecer a biodiversidade para a possibilidade da continuação da vida na Terra. Frente a essa problemática, urge refletirmos sobre um novo direcionamento ético para embasar as ações humanas, buscando abranger toda magnitude da problemática ambiental e que seja capaz de propor novos caminhos para um agir mais sustentável, inclusivo e próximo da natureza.

A problemática ambiental tem tomado uma visibilidade muito grande. Nesse sentido, percebe-se um esforço para se pensar e efetivar uma educação ambiental, com campanhas midiáticas e pesquisas científicas que tentam conscientizar as pessoas da importância de conservar a natureza. Percebemos que as informações estão cada vez mais acessíveis para que haja a conscientização do ser humano em relação ao impacto ambiental das suas ações. Mas, parece ainda não ser o suficiente para engendrar comportamentos pró-ambientais. Visto que ainda que existam todos esses dispositivos conscientizadores, os dados de perturbação ambiental continuam alarmantes (MONTANARELLA, 2007; FAO, 2006; BUDOLFSON, 2016).

Portanto, a questão que fica é o que estaria faltando para que possamos passar do nível cognitivo da compreensão do nosso papel para com a natureza e cheguemos a ter atitudes e

praticar ações efetivas de conservação e proteção? Para alguns ambientalistas (SOBEL, 1996), um dos caminhos seria considerar a existência de uma ligação direta entre empatia e conservação da natureza. Para outros, como Boock (2020), a chave para a conservação seria a compaixão. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, ensejamos argumentar que a empatia e a compaixão pensadas na perspectiva da teoria das emoções como atitudes (DEONNA; TERONI, 2012; 2015) são os componentes necessários para a efetivação de ações pró-ambientais.

O estudo das emoções, nos últimos anos, tem se tornado alvo de interesse tanto na filosofia quanto em outros segmentos das ciências cognitivas (DE SOUSA, 2013). Várias são as áreas da ética atingidas com esse *revival* do estudo das emoções, devido à interdisciplinaridade entre alguns campos do conhecimento; a título de exemplo, sabemos que as pesquisas em psicologia, neurociência cognitiva e psicopatologia têm mostrado que as emoções não estão ligadas apenas aos julgamentos morais, mas elas são, de alguma forma, necessárias para que eles ocorram (PRINZ, 2007). Desse modo, as emoções condicionam muitas das nossas ações (TAPPOLET, 2016), pois, quando decidimos agir de uma forma e não de outra, é porque julgamos estar fazendo o melhor e muitas vezes o que julgamos como melhor é o resultado da combinação de deliberação e emoção. De fato, isso é corroborado pelos dados que temos acerca do funcionamento do encéfalo em certas situações de decisão. Em tais situações, não apenas as áreas do neocórtex, responsáveis pela deliberação, estão ativas, mas também áreas mais primitivas, como o sistema límbico, responsável pelas emoções também são ativados (COSTA, 2005).

Nessa perspectiva, podemos dizer que existe uma relação entre as emoções e os valores. Sucintamente falando, os valores podem ser descritos como aquilo que designa a propriedade avaliativa de algo, denotando a experiência avaliativa (valência) como positiva ou negativa. Em decorrência disso, as emoções podem nos revelar um mundo imbuído de valor e, portanto, os mais variados tipos de emoções podem ser concebidos como a apreensão das propriedades avaliativas dos objetos.

Além das propriedades avaliativas, as emoções também apresentam uma fenomenologia, uma intencionalidade e uma epistemologia. A fenomenologia é o aspecto relacionado ao sentir das emoções; a intencionalidade diz respeito às características que as emoções possuem de estarem relacionadas a algum objeto; por fim, o aspecto epistemológico

está relacionado com a justificação, ou seja, se a pessoa tem razões para sentir ou não uma emoção, além disso, essa epistemologia vinculada às emoções pode trazer informações sobre o objeto intencional que evoca a emoção.

Esses aspectos são de suma importância, pois a racionalidade das emoções está relacionada aos padrões de correção e de justificação que elas apresentam. Por exemplo, dizemos que uma emoção é racional se ela for correta e justificada. A discussão sobre as emoções não finda ao serem elucidados esses aspectos mencionados. Ela vai além e, na tentativa de responder “o que é uma emoção?”, muitas teorias foram propostas. Por exemplo, existem as teorias que defendem que as emoções são julgamentos de valor (NUSSBAUM, 2004; SOLOMON, 1976; 2003); outras que dizem que as emoções são percepções de valor (DE SOUSA, 1987; TAPPOLET, 2000; 2016) e a teoria atitudinal (DEONNA; TERONI, 2012). Nesse trabalho, iremos nos debruçar principalmente sobre essa última teoria.

É importante ressaltar que a forma como concebemos o que é uma emoção muda as implicações que elas têm no aspecto pragmático da vida. Por exemplo, se as emoções forem concebidas como percepções de valores (TAPPOLET, 2016), significa dizer que o medo sentido por determinada pessoa quando ela vê um cachorro bravo é a percepção da propriedade avaliativa do cachorro ser amedrontador. Assim, o medo, nesse contexto, será uma emoção razoável se é apropriada, ou seja, quando ela corretamente representa um estado avaliativo, ou ainda, se trata de uma emoção que tem razões em seu favor (TELES, 2020). Por outro lado, se concebemos as emoções como atitudes avaliativas em relação aos conteúdos intencionais fornecidos por outros estados mentais como julgamentos, percepções e imaginações, que formam a base cognitiva das emoções, perceberemos que as implicações são diferentes da teoria anterior. Nesse sentido, podemos dizer que a emoção é correta se o objeto intencional fornecido pela base cognitiva exemplifica a propriedade avaliativa relevante. Ou seja, um tipo de emoção é um tipo de atitude corporal sentida em relação a objetos intencionais, que é correta apenas se esses objetos exemplificam uma determinada propriedade avaliativa, atitudes que são corretas ou incorretas dependendo se o objeto realmente exemplifica a propriedade avaliativa relevante. Observamos que ambas as teorias estão embasadas na relação entre emoção e valor, porém, existe um distintivo entre elas, qual seja: enquanto as teorias perceptuais compreendem a natureza avaliativa das emoções em termos de seus conteúdos avaliativos, a teoria atitudinal

compreende essa relação em termos de atitudes avaliativas. Dessa forma, é bastante razoável considerar essa definição de emoção, que está vinculada à prontidão para a ação (*felt bodily attitudes of action readiness*) como a mais plausível para se pensar o *motus* das ações morais direcionadas ao meio ambiente.

Essa discussão sobre a relação entre emoções e as ações morais é bastante relevante, uma vez que se percebe que o raciocínio moral, por si só, não tem dado conta de motivar as ações pró-ambientais. Não porque o agente moral não compreenda a necessidade dessas ações, mas porque o raciocínio sozinho não funciona como elemento motivador dessas ações. Os gregos denominavam uma situação como essa de *akrasia* (fraqueza da vontade) que, geralmente, naquela época, estava relacionada a influência das paixões sobre a razão. Aqui, defenderemos o contrário, que a fraqueza da vontade em relação a mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente, decorre da ausência de uma emoção motivadora.

É importante lembrarmos que, desde a Antiguidade Clássica, a razão é tida como norteadora e determinante na epistemologia cognitiva, relegando às emoções um lugar incerto e muitas das vezes como enganosas, tanto em nossas ações teóricas como práticas. Na história da ética, as emoções, por vezes constantes, foram consideradas como um perigo à racionalidade e à moralidade, diminuindo seu papel em relação às decisões morais e na capacidade de raciocinar.

No entanto, para um novo olhar sobre os aspectos éticos em relação ao meio ambiente, as emoções juntamente com as razões normativas devem ser priorizadas com intuito de mudanças de comportamentos diários para com a natureza, incluindo nessa perspectiva, a compaixão e a empatia como forças moduladoras e fortalecedoras de ações pró-ambientais. Essa mudança de perspectiva poderá motivar novas relações de inclusão ambiental e retomada de nossa conexão com o natural, possibilitando, assim, a ressignificação do valor da natureza e, conseqüentemente, nossa relação com ela.

Como sabemos, a ética ambiental é um domínio dentro da Filosofia Moral que tem por objetivo estudar e refletir sobre os fundamentos conceituais dos valores ambientais. Além disso, ela reflete sobre as questões que envolvem a dialética do ser humano com a natureza, tais como as atitudes, as ações de extração e preservação, as políticas sociais para proteger e conservar a biodiversidade, dentre outras. Diante dessas problemáticas, existem muitas teorias éticas

diferentes, sejam elas centradas no ser humano (as éticas antropocêntricas), sejam elas centradas na natureza (as éticas não antropocêntricas). O fato é que essa discussão é extremamente necessária, visto que estamos paulatinamente mais distantes da natureza e cada vez mais objetificando-a. Talvez, por sermos cada vez mais sujeitos racionais, tecnicistas e cientificistas. Sob uma perspectiva weberiana, o comportamento humano, por políticas consumistas e exploratórias para com a natureza, levou a uma situação de “desencantamento” do meio natural, ou seja, o desencanto das coisas naturais incentivou uma atitude indesejável de que as coisas nada mais são do que aquelas que podem ser observadas, consumidas e dominadas.

Nesse sentido, muito já se tem avançado nas reflexões sobre as questões éticas envolvendo o meio ambiente, haja vista a possibilidade de se falar em éticas não antropocêntricas, mas, esses novos paradigmas ainda estão em discussão e é nesse sentido que ensejamos contribuir com o debate ao defender que as deliberações e ações morais relacionadas com o meio ambiente, se tiverem uma emoção motivadora, é provável que a pessoa efetive uma atitude pró-ambiental.

Por isso, desejamos argumentar que para além da formação de uma consciência ambiental, de novos hábitos ecológicos, de sustentabilidade e de economia circular, os quais se ancoram em abordagens fortemente antropocêntricas, devemos refletir sobre uma percepção que seja capaz de nos reconectar ao mundo simbólico e natural, não que as razões normativas e a vida urbana devam ser olvidadas ou destituídas, mas precisamos de novos motivos de reconexão, e uma forte possibilidade é pensar as emoções, tais como empatia e compaixão, enquanto elementos que possibilitem uma aproximação ambiental e capazes de engendrar mudanças que perpassem a “descoisificação” da natureza a partir da compreensão do seu valor intrínseco e da tomada de perspectiva da mesma.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar sob o viés da Filosofia das emoções – mais especificamente, da teoria atitudinal das emoções – como a empatia e a compaixão podem contribuir para uma ética ambiental contemporânea em que as emoções sejam consideradas *motus* para ações morais pró-ambientais. Para tanto, iremos apresentar brevemente as principais características das emoções. Em seguida, falaremos sobre a teoria das emoções enquanto atitudes. Por fim, com base nessa teoria, iremos analisar se a compaixão e a empatia podem contribuir para as tomadas de decisões e ações em relação ao meio ambiente.

1 – AS EMOÇÕES E SUAS CARACTERÍSTICAS

Para entender a relação entre as emoções e as ações morais direcionadas à natureza, é preciso inicialmente compreender o que entendemos por emoção na perspectiva da Filosofia das Emoções. Por isso, a pergunta “o que é uma emoção?” é a mais fundamental dentro dessa área de estudos. Na tentativa de respondê-la, algumas teorias foram propostas, as quais responderam a essa pergunta de maneiras diferentes, acabando por divergirem entre si. Entretanto, a despeito das divergências, existem algumas características pertinentes às emoções que são compartilhadas por muitas teorias.

De acordo com Ben-Ze’ev (2010), para compreender o que é uma emoção convém fazer uma análise detalhada de seus aspectos inerentes, pois ela é considerada o fenômeno mental mais complexo nos seres humanos. De uma forma prosaica, podemos inferir que sentir as emoções é a parte mais fácil de sua compreensão (definição ostensiva), devido à sua complexidade multidisciplinar inerente às suas características; por exemplo, algumas emoções são positivas e causam reações prazerosas nas pessoas, enquanto outras são negativas e refletem em dores e sofrimentos. Essas qualidades dadas às emoções dizem respeito à sua valência, podendo ser valências em termos hedônicos (emoções positivas, negativas ou neutras) ou conativos (motivacionais). As emoções também podem ser classificadas em conscientes ou inconscientes, simples ou complexas, morais e não morais. A compaixão, culpa e indignação são frequentemente citadas como exemplos do tipo moral, por causa do papel central que desempenham na apreensão de situações relevantes para a moralidade ou porque têm um valor moral inerente. Por exemplo, a compaixão pode ser concebida como moralmente boa e a inveja como moralmente ruim (DEONNA; TERONI, 2012).

De uma forma geral, para tratar das emoções, quatro características típicas dos estados emocionais podem ser elencadas, de acordo com Teles (2017): intensidade, instabilidade, brevidade e perspectiva parcial. Primeiramente, e de acordo com a intensidade, as nossas emoções podem desencadear reações brandas, moderadas, intensas ou muito intensas como respostas aos estímulos do meio. As emoções, nesse caso, estão diretamente relacionadas à magnitude com que as sentimos. A segunda característica é sobre a instabilidade, a qual está associada às mudanças que ocorrem nos âmbitos psicológico, mental e físico. As emoções indicam uma transição no nosso estado inicial para um outro estado posterior que ainda não se

configura estável. Dessa forma, a instabilidade pode ser compreendida a partir de uma perspectiva interna, relacionada à agitação mental e física causada pela emoção.

A terceira característica da maioria das emoções é sobre sua brevidade ou de um estado emocional (tempo de duração). Comumente, as emoções são breves devido à instabilidade dos estados emocionais, porém, existe aquelas que persistem pela vida toda, como o amor, por exemplo. Por último, podemos citar a parcialidade das emoções, que representa a perspectiva de quem sente em relação a um determinado objeto ou expressando uma perspectiva pessoal em relação a esse objeto (BEN-ZE'EV, 2010). Por exemplo, durante um episódio de raiva, ficamos obcecados pela pessoa que a causou e por semelhança e contiguidade, pensamos em outros defeitos ou falhas que essa pessoa também possa apresentar, mas que, no caso, não participaram diretamente durante o episódio que ocasionou a raiva em nós e, muito menos, não pensamos em suas boas qualidades, configurando-se como uma avaliação imparcial sobre a emoção sentida. Enfim, essas características são indispensáveis para compreendermos o que é uma emoção, mas não representam todos os aspectos envolvidos em tal conceito (TELES, 2017).

Os estados mentais, os quais denominamos de base cognitiva das emoções, podem estar associados ao tempo em que vivenciamos as emoções, podendo ser as memórias do passado, os acontecimentos do presente e/ou ao planejamento para o futuro (expectativa de acordo com experiências passadas). O desencadeamento das emoções colabora para a formação da memória, desde que exista emoção suficiente em uma determinada experiência que seja capaz de registrar na memória e posteriormente ativá-la (ABRANTES, 2014). Assim, o componente cognitivo nos fornece a informação necessária para que a emoção emergja, ou seja, nos oferece dados sobre o objeto intencional, o qual está ligado a uma determinada emoção.

Vale ressaltar que o objeto intencional é um aspecto importante no que concerne às emoções. Quando vivenciamos uma emoção é sempre em relação a alguém, ou a alguma coisa, ou a uma situação, um acontecimento, uma memória, etc. É exatamente isso que deflagra a emoção, sendo considerado o objeto intencional. Por exemplo: quando eu vi a Clara, eu senti amor à primeira vista. Nessa situação, em que eu senti amor por Clara; Clara é o objeto intencional do meu amor porque foi responsável por deflagrar essa emoção em mim. Assim, o objeto intencional também tem o papel de distinguir as emoções em relação a outros sentimentos, como, por exemplo, os estados de humor. Muitas vezes, alguém está mal-

humorado ou bem-humorado sem ter nenhuma razão aparente, apenas acordou “abusado” ou efusivo.

Desse modo, as emoções são estados mentais que apresentam os seguintes componentes básicos, de acordo Ben-Ze'ev (2010): cognição, avaliação, motivação e sentimento. A cognição, avaliação e motivação estão relacionadas à intencionalidade das emoções. Ou seja, configuram a relação entre a pessoa que sente e o objeto relacionado ao sentir, formando, assim, a base cognitiva que envolve a perspectiva avaliativa das emoções e a motivação para agir. Já o sentimento está relacionado à fenomenologia da emoção, ou seja, é a forma como a emoção se manifesta na pessoa que sente. Interessante perceber que as emoções possuem sentimento, mas nem todo sentimento se constitui em uma emoção.

Além disso, as emoções também envolvem uma esfera prática relacionada à ação. Uma experiência que foi positiva ou negativa para nós (em termos de valência, causando prazer ou desprazer) pode vincular emoções associadas a essas impressões primárias. Segundo Ben-Ze'ev (2010), as emoções apresentam atitudes avaliativas que envolvem um aspecto positivo ou negativo em relação ao objeto desencadeador (intencional), de forma a implicar uma disposição para agir de acordo com a avaliação. Nesse sentido, é bastante plausível concebermos que se uma pessoa sentir compaixão ao ver plantas e animais em sofrimento, sentir-se-á motivada a adotar um comportamento em prol da natureza. Inicialmente, ela será afetada pela percepção e, posteriormente, pela avaliação do sofrimento desses seres. Na perspectiva da Psicologia, a compaixão é um construto relacionado à nossa capacidade de apresentar uma postura calorosa e compreensiva em relação à experiência negativa do outro, manifestando a disposição para aliviar esse estado emocional (VIEIRA, 2013). Por exemplo, normalmente sentimos compaixão quando vemos alguém da nossa família sofrendo e, naturalmente, acolhemos e compreendemos o sofrimento do outro e nos sentimos motivados a fazer alguma coisa para amenizar o estado emocional desse ente querido. Fenomenologicamente falando, sentimos o coração apertado, aquela sensação de angústia e de dor ao ver alguém querido sofrendo.

Muito semelhante à compaixão é a empatia. A empatia é um construto que, na perspectiva de pesquisadores cognitivo-desenvolvimentistas como Davis (1983), por exemplo, é concebida como sendo um construto multidimensional apresentando componentes cognitivos e afetivos. Dessa forma, ele propõe que os aspectos afetivos englobam a preocupação empática

e a angústia pessoal e os aspectos cognitivos, a tomada de perspectiva e a fantasia. Diante dessa visão da Psicologia, nos perguntamos se de acordo com a Filosofia das Emoções, podemos considerar esses dois construtos como emoções. Ou seja, será que ambos apresentam as características básicas das emoções e atendem aos critérios de correção e justificação? Vale ressaltar que a compaixão já é considerada uma emoção moral (v. SCHOPENHAUER, 1995). Diante disso, mais adiante, iremos verificar essa possibilidade.

Se continuarmos nessa linha de raciocínio e analisarmos outra emoção como, por exemplo, o medo que uma pessoa pode sentir ao se deparar com uma serpente se aproximando em um passeio em uma ecotrilha, deve-se à avaliação prévia (memórias de aprendizado) que esses organismos podem atacar e que, na maioria dos casos, são animais peçonhentos, podendo causar extrema dor e danos fisiológicos ou até a morte. Diante dessa avaliação que ocorre em milésimos de segundos, o medo poderá desencadear (motivar) reações como a fuga ou a paralisação, por exemplo. Além disso, do ponto de vista fenomenológico, esse medo pode se manifestar através da sudorese, do tremor e da taquicardia.

Conforme vimos até agora, as emoções são bastante complexas e não existe uma unicidade no que tange às suas características. Entretanto, alguns filósofos contemporâneos elaboraram teorias que propõem alguns critérios através dos quais podemos concebê-las. Cada uma dessas teorias tenta responder o que é uma emoção e nesse intento, podemos dizer que essas respostas estão dentro de uma tendência específica (SCARATINO; DE SOUSA, 2021). Existe a tradição que diz que as emoções são simplesmente uma classe de sentimentos (*Feeling Tradition*) (JAMES, 1884); outra, que concebe as emoções como avaliações (*Evaluative Tradition*) (BEDFORD, 1957; DE SOUSA, 1990; NUSSBAUM, 2004; TAPPOLET, 2016). Por último, a tradição que concebe as emoções como estados motivacionais (*The Motivational Tradition*) ou, mais especificamente, motivos que engendram comportamentos (GRIFFITHS, 1997; DEONNA; TERONI, 2012, 2015; SCARANTINO, 2014, 2015).

Diante dessa diversidade, e por estar diretamente relacionada à tradição motivacional, utilizaremos a teoria atitudinal de Deonna e Teroni (2012, 2015) para analisarmos a plausibilidade da nossa hipótese, qual seja: a empatia e a compaixão são o *motus* para as ações pró-ambientais. Para tanto, é necessário que compreendamos os aspectos básicos dessa teoria.

2 – TEORIA ATITUDINAL DAS EMOÇÕES

A Teoria Atitudinal, assim como a Perceptual, apresenta os aspectos básicos das emoções: intencionalidade, fenomenologia e avaliação. Entretanto, Deonna e Teroni (2012) tecem críticas tanto às teorias perceptuais quanto às teorias avaliativas. A começar pelas teorias avaliativas, nas quais as emoções são definidas como julgamentos de valores, os autores argumentam que muitas vezes é o caso de julgarmos algo como amedrontador sem necessariamente sentirmos medo, assim, a característica avaliativa das emoções não seria suficiente para defini-la como emoção. E sobre a teoria perceptual, as emoções são realmente experiências perceptivas? Aparentemente, essa teoria traz elementos que nos levam a crer que de fato as emoções são percepções de valor. Por exemplo, as experiências perceptuais são estados não cognitivos, afinal, as percepções são impressões mentais não conceituais (a pessoa percebe o objeto) as quais são direcionadas a um objeto e, portanto, possuem uma intencionalidade (percebemos uma flor branca: a impressão da flor branca surge na mente).

Dessa forma, o papel das sensações nas emoções e essas nas representações é fundamentado nessa teoria, ou seja, assim como nas teorias avaliativas, ela considera a intencionalidade e as condições de correção, sem, no entanto, ser afetada pelas objeções direcionadas às teorias avaliativas. Outrossim, a teoria perceptual não se opõe à teoria jamesiana, pois considera a importância dos aspectos das emoções reivindicados pelas teorias das sensações, isto é, as emoções são experiências perceptuais das propriedades avaliativas, entendendo que a realidade (correspondência com uma referência) não precisa ser efetiva.

Tappolet (2016) enfatiza que a percepção avaliativa, assim como a percepção sensorial, é de natureza não conceitual e cognitivamente impenetrável. Essa suposição é relevante porque explica o fato de seres que não possuem um arcabouço conceitual, como os animais e os bebês, serem capazes de sentir emoções. Em relação às emoções recalcitrantes, aquelas que permanecem mesmo depois de sua racionalização, seriam entendidas como uma ilusão visual, isto é, quando sentimos medo mesmo reconhecendo que não temos razão para senti-lo. Por exemplo, como percebemos torto um bastão que é reto quando está dentro d'água, também podemos perceber emocionalmente uma aranha como sendo perigosa, embora saibamos que ela é inofensiva.

As experiências perceptuais não são necessariamente reais, ou seja, uma pessoa pode ter a experiência perceptual de ver uma flor que é rosa clarinho, mas, devido a intensa luminosidade do sol, pode percebê-la branca. Isso demonstra que as nossas experiências perceptuais são falhas. Por outro prisma, se a pessoa tem a percepção da flor rosa, a flor é realmente rosa. A importância dessa distinção feita por Tappolet é que, se a teoria das emoções fosse elaborada em termos de percepções, então não seria considerado o fato de que as emoções, às vezes, podem falhar. O que significa dizer que uma emoção pode falhar? Significa dizer que pode acontecer de uma emoção estar errada ou não ser correta em relação ao seu objeto intencional. Por exemplo, conforme já citado, o medo que alguém sente de uma serpente é por percebê-la como venenosa, mas essa experiência perceptual pode ser falha (quando a cobra não é venenosa e a pessoa não sabe disso) e o medo evocado por ela não é correto, ou seja, é falho. Assim, as emoções possuem um conteúdo representacional através de um objeto intencional, o qual apresenta propriedades avaliativas específicas (TAPPOLET, 2016). Entretanto, quando a experiência perceptual condiz com a realidade, a emoção como experiência perceptiva das propriedades avaliativas do objeto intencional é correta. Assim, uma emoção de admiração por uma pessoa, por exemplo, apenas será correta se essa pessoa for realmente admirável (TELES, 2017).

Todavia, essa teoria não está isenta de críticas: uma delas é que existem algumas diferenças entre as emoções e as percepções sensoriais, apontadas por Deonna e Teroni (2012), tais como a forma como as emoções acessam as propriedades avaliativas e a maneira como as percepções o fazem, pois, para o surgimento de uma emoção, diferentemente de um episódio sensorial, existe a dependência da base cognitiva. No entanto, Tappolet contra-argumenta afirmando que as emoções não dependem apenas de estados cognitivos, pois existem vários outros fatores psicológicos, como expectativas, projetos, metas, preferências, desejos, humores ou traços de caráter que também influenciam no surgimento das emoções. Para isso, a teoria atitudinal das emoções vem preencher essa lacuna, evidenciando-se como a teoria que talvez mais se relacione com as propostas para se pensar em ações morais benevolentes para com o meio ambiente.

Essa teoria atitudinal está embasada em duas premissas básicas: a primeira diz que a avaliação é um componente da atitude e não o elemento de uma emoção (crítica às teorias

avaliativas), e a segunda diz que as emoções estão constitutivamente ligadas a um estado de prontidão para a ação. Além disso, a teoria atitudinal propõe um distintivo em relação às outras teorias avaliativas: a relação entre valor-emoção não se dá no nível do conteúdo, mas no nível das atitudes. O que significa isso? Primeiramente, é preciso fazermos uma breve distinção entre o que é um conteúdo e o que é uma atitude psicológica. No domínio da Filosofia da mente, essa distinção é trivial. De um lado, temos o conteúdo e de outro, temos as atitudes mentais ou os modos mentais em relação ao conteúdo. O primeiro diz respeito ao quê (o conteúdo) que ocupa a mente, a outra diz respeito ao modo ou a forma com que a mente se ocupa com o conteúdo. Imaginemos o seguinte conteúdo: “o gato está no sofá”; a partir disso, uma pessoa pode *acreditar* que o gato está no sofá, *supor* que o gato está no sofá ou *desejar* que isso seja o caso. Como podemos ver, a crença, a suposição e o desejo são atitudes mentais diferentes em relação ao mesmo conteúdo.

O que nos interessa nessa distinção é compreendermos por que Deonna e Teroni aproximam as emoções às atitudes mentais em vez de percepções e avaliações de conteúdo. Situar a relação entre as emoções e as propriedades avaliativas ao nível da atitude e não ao nível de conteúdo, como fazem as teorias avaliativas e perceptivas, significa que o mesmo conteúdo pode evocar atitudes diferentes, ou emoções diferentes. Por exemplo, pensemos no seguinte conteúdo: “tem um cachorro latindo forte”. Esse conteúdo é apreendido de forma diferente pelas pessoas. Alguém pode acreditar que o cachorro é valente e sentir medo dele; outra pessoa pode supor que o cachorro só está estressado e não sentir medo. Dessa forma, o medo do cachorro não é o julgamento nem a percepção de que o cachorro é valente, mas a atitude de considerar como valente direcionada ao conteúdo “tem um cachorro latindo forte”.

Para Deonna e Teroni (2012), *o modo* como o conteúdo é conhecido, se é pela percepção, imaginação, inferência, entre outros, é o que compõe a base cognitiva que dá o conteúdo às atitudes emocionais. Diante disso, nos resta questionar que tipo de atitude é essa que constitui uma emoção. Os proponentes dessa teoria atitudinal argumentam que as atitudes emocionais são as experiências de sentir o corpo pronto para ação (*felt bodily attitudes of action readiness*). Assim, no exemplo acima, o medo do cachorro é “uma experiência de sentir o corpo sendo preparado para evitar o perigo” (DEONNA; TERONI, 2015, p. 303). Ou ainda, o ódio

de uma pessoa é a experiência do corpo estar preparado para atacar; por isso é dito que as emoções são atitudes de estar pronto para uma ação.

Esse aspecto ligado à prontidão para ação é que nos mostra a plausibilidade dessa teoria em relação às deliberações e ações sobre o meio ambiente. Isso significa dizer que, se uma pessoa sente amor pelos animais, por exemplo, essa pessoa avalia os animais como dignos do seu amor e é essa avaliação que estará na base de sua atitude em relação aos animais. Dessa forma, a avaliação não é a emoção, mas desencadeia a atitude ou a prontidão para a ação de amor. As ações poderiam ser desdobradas de diversas formas: não comprando produtos de origem animal, não comprando produtos testados em animais, fazendo um trabalho de educação e conscientização das pessoas em benefício desses animais, dentre tantas outras ações que se coadunam com a atitude de amor. Importante observar que, nessa perspectiva, as emoções apresentam um aspecto muito prático. Assim para Deonna e Teroni:

[...] cada emoção consiste em uma postura corporal específica, sentida em relação aos objetos ou situações, determinando o que é correto ou incorreto, em função de determinados objetos e situações exemplificarem ou não, a relevância do valor avaliativo (2012, p. 89).

Portanto, algo importante a ser ressaltado, e já visto anteriormente, é que os valores são considerados objetos formais das emoções (não as emoções propriamente ditas), os quais desempenham um papel fundamental em uma teoria dos fenômenos mentais: os objetos individualizam o tipo relevante de estado mental. Uma vez que uma crença, um desejo, uma suposição e/ou uma conjectura podem ser sobre o mesmo estado de coisas, temos a base para uma distinção muito natural entre as atitudes, por um lado, e as atitudes a que se dirigem, por outro (seu objeto ou conteúdo). Assim, uma emoção é uma atitude que tomamos em relação a um objeto ou a um conteúdo específico, que é apropriado à medida que o objeto exemplifica uma dada propriedade avaliativa. Como no exemplo, o temor que temos de um cão faz com que tomemos uma atitude em relação a este cão. No entanto, esse temor é apropriado à medida que esse cão exemplifica a propriedade avaliativa de ser temível.

Cada tipo de emoção corresponde a um tipo distinto de atitude avaliativa. Entre as atitudes, podemos distinguir as atitudes proposicionais das não proposicionais. As atitudes proposicionais tomam proposições como seus objetos, como quando se acredita ou se supõe algo. Por outro lado, atitudes não proposicionais são como a memória episódica e a imaginação

sensorial. De qualquer forma, devemos conceber as emoções como tipos distintos de consciência corporal, em que o sujeito experimenta seu corpo holisticamente como tendo uma atitude em relação a um determinado objeto, isto é, uma atitude dirigida ao mundo (WOLLHEIM, 1999).

Assim, as emoções estão intimamente ligadas a tipos de prontidão para ação ou, mais precisamente, prontidão para a ação sentida. De acordo com Deonna e Teroni:

Os sentimentos de prontidão para a ação, de fato, são candidatos óbvios para elucidar a natureza das emoções como envolvendo a consciência do próprio corpo, adotando uma postura específica em relação a um objeto ou estando pronto para agir em determinado momento, por exemplo, em um episódio de afeto amoroso, sentimos a forma como nosso corpo se prepara para se mover em direção ao afago do objeto de afeto (2012, p. 79).

Isso ilustra a maneira pela qual os estados de prontidão para a ação, pelo menos quando sentidos, contribuem essencialmente para que o mundo seja significativo quando apresentado ao sujeito. No entanto, é preciso entender que as emoções não são atitudes que tomamos em relação ao nosso corpo sentido, mas atitudes corporais sentidas direcionadas ao mundo, o que se fundamenta como um importante papel na motivação dos sujeitos para agir de maneiras específicas e formar desejos específicos. Como exemplo, a raiva é uma atitude a qual o sujeito formará um desejo de se vingar desta ou daquela maneira (DEONNA; TERONI, 2012).

Nesse sentido, as emoções são atitudes que dizem respeito aos portadores reais ou potenciais de propriedades avaliativas, objetos dos quais estamos cientes por meio de outros estados mentais. Assim, um tipo de emoção é um tipo de atitude corporal sentida em relação a objetos que é correta apenas se esses objetos exemplificam uma determinada propriedade avaliativa, atitudes que são corretas ou incorretas, dependendo se o objeto realmente exemplifica a propriedade avaliativa relevante, conforme já falamos. Desse modo, a teoria atitudinal esclarece muitas das relações entre emoções e julgamentos avaliativos, entre outras coisas, porque um julgamento avaliativo é frequentemente pensado para implicar que o sujeito julgador está motivado a agir de acordo.

Além disso, na teoria das emoções atitudinais, para que um julgamento avaliativo seja justificado, o sujeito deve ser sensível a propriedades que funcionem como razões a seu favor. E, embora essas propriedades possam, em princípio, ser acessadas pelo sujeito

independentemente de suas emoções, muitas vezes, é difícil ver como ele poderia acessá-las sem uma sensibilidade emocional relevante, ou seja, suas disposições moldadas por seu desenvolvimento histórico idiossincrático, por sentimentos, desejos e traços de seu caráter, para reagir emocionalmente ao mundo ao seu entorno (DEONNA; TERONI, 2012).

Tendo por base o que foi resumidamente colocado sobre as emoções, e partindo do pressuposto de que somente a consciência de que o meio ambiente está em um processo acelerado de degradação e de que as ações humanas são em grande parte responsável por isso, esse aspecto cognitivo não é suficiente para engendrar ações que visem conservar e proteger o meio ambiente. É preciso algo mais, que defendemos ser as emoções, conforme argumentaremos a seguir.

3 – AS AÇÕES MORAIS PAUTADAS PELA COMPAIXÃO E EMPATIA

O propósito pragmático das éticas ambientais é fornecer fundamentos morais para políticas sociais destinadas a proteger o meio ambiente e remediar a degradação ambiental. Mas um questionamento pode ser feito nessa direção: devemos priorizar a racionalidade e basear somente em razões normativas para a proteção da natureza? Por que, às vezes, temos razões normativas, isto é, entendemos racionalmente os agravos para com a natureza, das violências contra os animais e a exploração da flora, das consequências do consumo de carne e do sofrimento animal, por exemplo, mas não agimos conforme pensamos? Seria essa apenas uma decisão racional? Provavelmente não.

Razões normativas são razões teóricas que temos em relação a alguma ação que não deve ser realizada, por exemplo. A pessoa tem consciência das implicações dos seus atos antiéticos ambientalmente, ou seja, possui razões normativas para não os praticar, mas não consegue agir conforme o entendimento. Por quê? Existe a hipótese de que nem sempre as razões possuem de fato a força motivadora para converter um comportamento ou hábito, abrindo, assim, a possibilidade da existência de outros elementos que possam motivar as nossas ações, os quais devem ser pensados como razões motivadoras. Essas razões motivadoras devem existir concomitantemente com as razões normativas, para que o ato racional seja efetivado,

isto é, as razões motivadoras devem nos motivar a agir conforme aquilo que julgamos o correto a ser feito.

Assim, quando compreendemos, do ponto de vista racional, que não devemos comprar produtos testados em animais, pois estamos cientes das condições e sofrimento a que esses animais são submetidos, mesmo que esses produtos apresentem um valor de consumo mais baixo, mesmo que eles sejam socialmente e legalmente aceitos, não iremos consumi-los. Isso se efetiva porque as razões motivadoras são mais fortes do que o fato de economizar algum valor monetário ou de ser uma prática socialmente normalizada. Desse modo, de acordo com Alvarez (2016), as razões normativas podem estar ligadas a aspectos externos, informativos e objetivos, enquanto as razões motivadoras abrangem um aspecto mais subjetivo, psicológico e emocional do agente. Mas, como engendrar essas razões motivadoras para impelir ações ambientalmente corretas?

É fato que, muitas vezes, não é possível nos conectarmos com a natureza através das razões normativas apenas, pois, mesmo nos conscientizando dos agravos que toda a biodiversidade sofre, não conseguimos mudar muitos dos nossos hábitos que possuem uma implicação direta na natureza. Entretanto, quando desenvolvemos um relacionamento mais próximo e mudamos nossa forma de perceber os outros seres vivos, sejam plantas ou animais, nos tornamos mais propensos a repensar os nossos hábitos e ações. Dessa forma, a relação entre os seres humanos e os seres não-humanos que antes carecia de uma clareza pode ser entendida através de uma emoção que os conecta. De acordo com Tappolet (2003), as emoções podem exercer o papel de tornar inteligível uma ação ininteligível, ou seja, uma ação desprovida de emoção que, muitas vezes, não é contrária às razões normativas, mas que atenta diretamente ao bem-estar dos outros seres.

Diante da grande variedade de emoções que compõem o aspecto mental do ser humano, existem duas – a empatia e a compaixão – que possuem a característica de tirar o foco da dimensão pessoal e buscar acessar o outro. A dor ou a alegria que uma pessoa que empatiza com outra sente não é propriamente sua, mas da outra. Nesse sentido, podemos dizer que essas emoções podem ser consideradas motivações essenciais para a aproximação ambiental e promover a possibilidade das pessoas se *empatizarem* e serem *compassivas* com a natureza, quando eventos maléficos ou benéficos ao mundo natural acontecerem, e agir de forma

moralmente correta. Com base nisso, é preciso analisar a ideia de que a empatia e a compaixão são emoções que possibilitam uma aproximação ambiental, propiciando uma visão ecocêntrica em que o sentimento de pertença ambiental emerge, sem, contudo, desconsiderar o papel das razões normativas nesse processo.

Essa motivação emocional para as ações morais depende de um desejo ou outro estado conativo e não surge apenas de uma crença (processo mental ou atitude de quem acredita em uma pessoa ou coisa; no caso, nas razões normativas). De fato, em inúmeras situações acreditamos que algo é o certo ou o melhor a ser feito, mas não o fazemos talvez porque não nos sentimos motivados a isso, ou seja, a crença por si só não é capaz de nos motivar. É necessário a presença de uma emoção para motivar e efetivar a ação. Dessa maneira, as emoções são essenciais para novas ações ambientalmente corretas e justas e ajudam a fornecer uma estrutura indispensável, sem a qual não seria possível considerar a questão da racionalidade.

Para as ecofeministas, por exemplo, as formas de éticas ambientais enfatizam muito mais a racionalidade do que as emoções, negando o papel que a emoção desempenha ou deveria desempenhar na tomada de decisões éticas (PLUMWOOD, 1991). As ecofeministas geralmente defendem a ideia de um eu relacional, em que os indivíduos são entendidos como parcialmente constituídos por suas relações, particularmente de cuidado, caracterizando significativamente as emoções, as quais são fundamentais para a tomada de decisões morais (PALMER *et al.*, 2014). Nesse sentido, a ética feminista adere a uma ética de cuidado sensível, apelando para valores centrais como responsabilidade, autonomia relacional, cuidado, compaixão, liberdade e igualdade (GILLIGAN, 1982; JAGGER, 1992). Além do ecofeminismo, a abordagem das éticas das virtudes enfatiza a importância de virtudes como a compaixão e a empatia.

Alguns autores defendem a ideia de um Relacionamento Especial, em que existe a manutenção e valorização relacional com outrem, isto é, manter alguma relação com um outro pode indicar um co-pertencimento a uma mesma comunidade. A ideia central seria a consideração relacional com outros seres não-vivos, estipulando outros vínculos, quais sejam, sociais, cognitivos e/ou emocionais. De acordo com esse relacionalismo, os organismos (humanos ou não) são melhor compreendidos como “nós” na rede biosférica, ou seja, a identidade de um ser vivo é essencialmente constituída por suas relações com outras coisas do mundo, especialmente nas interações ecológicas com outros seres vivos (NAESS, 1973).

Enfim, a ideia central desses argumentos seria que se as pessoas conceituarem a si mesmas e ao mundo em termos relacionais, então, essas mesmas pessoas cuidarão melhor da natureza em geral. Respeitar e cuidar de mim é também respeitar e cuidar do meio ambiente que, na verdade, também faz parte de mim e com o qual devo me identificar.

Uma outra possibilidade para essa nova reorientação de sentido está na proposta de Horkheimer e Adorno (1997) em substituir esse modelo estreito de racionalidade positivista e instrumentalista por um mais humanista no qual os valores dos aspectos estéticos, morais, sensuais e expressivos da vida humana desempenham papel central. Além disso, Adorno argumenta que o reencantamento do mundo através da experiência estética é também, ao mesmo tempo, um reencantamento das vidas e dos propósitos humanos. Adorno (1982) defende uma atitude estética de re-encantamento com “imediatismo sensual” em relação à natureza. Para Vogel (1996), Adorno apresenta uma proposta que nos permite conhecer a natureza direta e espontaneamente sem intervenções de nossas faculdades racionais.

Assim, introduzir percepções subjetivas e sistemas de valores resultará na formação de novas identidades com valores de cooperação, solidariedade, de participação e realização. Nesse sentido, devemos incluir a natureza como uma “entidade” de fundamental importância. Restabelecer as conexões e fazer com que haja uma disposição empática do ser humano para com a natureza, não somente em suas relações de angústia e sofrimentos perante a geobiodiversidade, mas também relacionado às emoções positivas. Bons sentimentos em atividades contemplativas podem reforçar, por costume, outras emoções positivas, gerando um círculo de pequenas dimensões espaço-temporal, para que as conexões se consolidem. Isto é, a essa relação por semelhança nas emoções pode seguir, a partir do costume, dado pelo contato frequente com a natureza, outras emoções de igual valor, influenciando positivamente no bem-estar e determinando novas ações de ordens rotineiras pró-ambientais. Segundo Hume:

Um som contínuo, como o canto dos pássaros ou uma queda d’água, desperta a todo instante a mente do espectador, tornando-o mais atento às diversas belezas do lugar em que se encontra. Se surge um doce aroma ou perfume, ele eleva os prazeres da imaginação, fazendo até as cores e o verde da paisagem parecerem mais agradáveis; pois as ideias desses dois sentidos reforçam-se mutuamente e, juntas, são mais agradáveis que quando penetram separadas na mente - como as diferentes cores de um quadro, quando bem situadas, realçam umas às outras, e ganham uma beleza adicional em virtude de sua situação favorável (2009, p. 319).

Hume já cogitava sobre a importância do contato ou da conexão com a natureza; esse contato é o que cria no agente moral o sentimento de pertença, é o que cria uma relação entre a pessoa e o meio ambiente. Mas, por que essa ligação é importante? Como vimos, as emoções são sempre em direção ao objeto intencional, ou seja, elas possuem uma direção de ajuste que vai do sujeito que sente para o mundo. Sendo assim, a contemplação e o contato com a natureza podem evocar diferentes emoções na pessoa.

Duas dessas emoções podem ser a empatia e a compaixão, conforme defendemos aqui. Entretanto, precisamos analisar se a empatia pode ser considerada uma emoção, uma vez que do ponto de vista da Psicologia, muitas vezes ela é definida como um construto que envolve duas dimensões, uma afetiva e outra cognitiva (DAVIS, 1983). A dimensão afetiva da empatia se configura à medida que um uma pessoa apresenta uma resposta afetiva ao estado do outro e a cognitiva diz respeito à consciência dos estados internos da outra pessoa. Assim, dizer que uma pessoa se empata com o sofrimento ou alegria de alguém é dizer que do ponto de vista afetivo, essa pessoa *sente* a alegria ou o sofrimento com o outro e do ponto de vista cognitivo, a pessoa *compreende* que o outro está alegre ou está sofrendo.

Poderíamos pensar que pelo fato de a empatia ser caracterizada possuindo essas duas dimensões ela seria distinta das emoções, porém, as emoções, em geral, também apresentam uma dimensão afetiva ou fenomenológica, relacionada ao sentir, e uma dimensão cognitiva, relacionada à informação do estado mental ou físico do outro. Por exemplo, ante a informação de que um amigo próximo perdeu um ente querido, o componente cognitivo dá uma significação à informação que engendra um sentimento. Nesse sentido, podemos dizer que a empatia é a habilidade humana de entender e sentir o sentimento do outro. Portanto, da mesma forma que as dimensões afetiva e cognitiva fazem parte da empatia, também estão presentes nas outras emoções.

Do ponto de vista das teorias atitudinais, a empatia e a compaixão se assemelham no que diz respeito ao sentimento de prontidão para a ação de ajudar o outro em sofrimento, ou para comemorar suas alegrias. Do ponto de vista corpóreo, adotamos uma postura específica em relação a dor ou a alegria do outro, tornando-nos aptos a agir, a mover-nos em direção ao outro. Esse aspecto é relevante, pois o reconhecimento da dor do outro e o sentir com o outro são duas esferas fundamentais que impulsionam à ação, visando ajudar e amenizar essa dor.

Empatizar, assim, significa sentir junto com o outro e estar disposto a fazer alguma coisa em relação a esse sentimento.

Comumente, a empatia é um construto mais utilizado nas relações interpessoais, pois diversos estudos apontam que o ser humano tem maior propensão a empatizar com seus próximos e semelhantes (BATSON, 1991; GUTSELL; INZLICHT, 2010). Sendo assim, é mais fácil uma pessoa sentir empatia por um conhecido ou alguém da família do que por um desconhecido. Por isso, a importância da conexão. Extrapolando essa premissa para o contexto ambiental, Tam (2013) mostrou que as pessoas que se sentem mais conectadas com a natureza apresentam uma disposição empática maior do que as que não possuem essa ligação; além disso, as pessoas que empatizam com o meio ambiente apresentam um comportamento de conservação mais forte do que as pessoas que não empatizam.

Esses dados são importantes e endossam a nossa hipótese de que para que as pessoas adotem um comportamento de conservação ambiental é necessário que emoções como empatia e compaixão estejam presentes. Essas emoções são fundamentais para se atribuir um *status* moral aos animais e às plantas, pois, se apenas os seres humanos continuarem a ser detentores desse *status*, segue-se que tudo que acontecer aos animais, em nome do benefício humano, é moralmente aceitável. Por exemplo, se eu comprar um perfume que contém almíscar em sua composição para satisfazer um desejo ou um gosto particular, eu não estou agindo mal do ponto de vista moral. Entretanto, como sabemos, o almíscar é uma substância extraída do almiscareiro, um animal originário da Ásia e da África, que habita os elevados picos do Himalaia e está à beira da extinção. O macho possui uma glândula que secreta o almíscar, uma substância odorífera extremamente apreciada na produção de alguns perfumes caros. O processo para a obtenção desse produto é extremamente doloroso e sofrido para o animal: ele é capturado ficando até 15 anos preso em uma jaula apertada e é chicoteado ao redor dos órgãos genitais para que se contraia e libere a substância.

A depender da forma como nós percebemos e nos relacionamos com os animais e a natureza em geral, práticas como a descrita acima são normalizadas e, geralmente, não evocam qualquer sentimento de indignação. Mas, a partir do momento que passamos a empatizar com esses outros seres vivos, já não achamos algo tão normal; pelo contrário, dado o grau de crueldade e sofrimento a que os animais são submetidos, passamos a julgar tais práticas como

abomináveis. A empatia, no caso do almiscareiro e de milhares de animais que vivem em condição de sofrimento constante para atender os desejos humanos, possibilita a tomada de perspectiva do ser em sofrimento, fazendo com que o ser humano se coloque no lugar daqueles, e não apenas tenha compreensão de suas dores, como sinta conjuntamente. Nesse sentido, a empatia estaria relacionada a prontidão para agir de forma a amenizar esse sofrimento. Imbuído de empatia, a pessoa não compraria um perfume que fosse oriundo do sofrimento de outro ser. Da mesma forma, a compaixão, apesar de ser um construto mais antigo, suscita reflexões filosóficas ao longo do tempo. A palavra grega *eleos* (ἔλεος) é traduzida por compaixão no sentido de misericórdia, a exemplo de Aristóteles que a define como “um sentimento de dor que surge por ocasião de qualquer mal, ou sofrimento, manifesto, evidente (aparente aos olhos ou ouvidos), mortal ou [...] doloroso, quando imerecido [...]” (ARISTÓTELES, 2009, 2.8.2, *apud* BREYER, 2020, p. 435). Nessa concepção aristotélica, a compaixão consiste em um processo emocional que está relacionado à percepção do sofrimento do outro, bem como da necessidade de ajudar. Santo Agostinho segue essa concepção aristotélica ao dizer que a misericórdia é “uma espécie de compaixão em nossos corações pela miséria dos outros que nos obriga a ajudá-los se pudermos” (AGOSTINHO, 2018, 9.5, *apud* BREYER, 2020, p. 435). Ainda em Breyer (2020), encontramos que séculos depois Rousseau defenderia que não é a razão prática, mas a compaixão como um sentimento natural, antes de qualquer reflexão, que engendraria ações morais.

O que fica evidente nessas perspectivas através das quais os filósofos pensaram a compaixão é a consciência do sofrimento do outro e a vontade ou a necessidade de ajudar, de fazer alguma coisa para mudar aquele estado de sofrimento. Nesse sentido, é bastante plausível pensarmos que, do ponto de vista da teoria atitudinal, sentir compaixão é ter uma atitude corpórea pronta para agir de forma a diminuir ou acabar com o sofrimento do outro. Ou seja, no contexto das questões ambientais, sentir compaixão pelo meio ambiente em degradação é estar pronto para agir de forma a ajudar o meio ambiente.

Sendo assim, as emoções estão diretamente relacionadas às tomadas de decisões e ações morais (LERNER; LI; VALDESOLO; KASSAM, 2015); por isso, argumentamos que emoções como empatia e compaixão são cruciais em tomadas de decisão e ações morais que visem o bem-estar e a conservação do meio ambiente como um todo, motivando um comportamento

pró-ambiental. Essa ideia é corroborada por estudos na psicologia que mostram a relação entre a empatia com o meio ambiente e a motivação para adotar um comportamento de conservação (TAM, 2013); essa relação é baseada em pesquisas que testaram a ligação entre a empatia e a disposição para ajudar (SCHULTZ, 2000; BERENGUER, 2007). Além disso, outra pesquisa mostrou que através da manipulação da tomada de perspectiva para despertar o interesse empático em relação a alguns seres em sofrimento, as pessoas mostraram um comportamento de compaixão em relação a esses seres e a disposição de protegê-los (SHELTON; ROGERS, 1981).

Dessa forma, tanto a empatia como a compaixão possuem algo peculiar que é o afastamento da perspectiva subjetiva egocêntrica do indivíduo, permitindo que ele seja capaz de sentir para além de suas fronteiras corpóreas e mentais, possibilitando-o acessar os outros (seres humanos e não-humanos), compartilhar os estados mentais e irem mais além, motivando-os a agir de forma a ajudar ou minimizar o sofrimento empatizado. Nesse sentido, como a ação moral, muitas vezes, possui uma implicação direta ou indireta nos outros seres humanos e não-humanos, ter como *motus* dessas ações a compaixão e a empatia implica um cuidado para que a ação não resulte no sofrimento dos outros. Assim, a pessoa que empatiza e é compassiva em relação ao meio ambiente possivelmente adotará um comportamento “verde”, mudando a forma como percebe a natureza, considerando seu valor intrínseco, passando a ter um consumo mais consciente (ex. produtos feitos de materiais reciclados), mudando os hábitos alimentares para uma forma que não utilize da violência contra os animais, engajando-se na solução dos problemas ambientais, entre outras práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos, a degradação ambiental é um problema que concerne a todas as pessoas que habitam o planeta Terra e, como tal, é urgente que pensemos em soluções que venham contribuir para, se não extinguir, pelo menos amenizar os níveis de degradação. A maior parte desses problemas são decorrentes das ações humanas que são efetivadas, muitas das vezes, sem as reflexões necessárias, tendo como base apenas a lógica capitalista de exploração. Ao perceber a natureza como um objeto de exploração, o ser humano não reconhece

seu valor intrínseco e muito menos a sua capacidade de sofrer, o que acaba por retornar ao âmbito humano, também trazendo sofrimentos (ex. aquecimento global, incêndios, enchentes, poluição das águas, da terra etc.).

Percebe-se que a solução desses problemas não está atrelada apenas às questões cognitivas, como a consciência desses problemas e a compreensão da necessidade de mudanças de hábitos, pois muitos são os que têm consciência disso e não engendram realmente um comportamento condizente com o que sabem. Por isso, defendemos que emoções como a compaixão e a empatia devem ser consideradas de grande relevo para as causas ambientais. Essa ideia teve o suporte de estudos desenvolvidos em áreas como a psicologia, as neurociências e a neurofisiologia. Essas áreas vêm realizando estudos que nos ajudam a melhor compreender a complexidade inerente ao ser humano, mas, principalmente, do papel fundamental das emoções em nossas vidas.

Outrossim, acreditamos que uma ética ambiental ecocêntrica ancorada em valores intrínsecos e pautada pela compaixão e empatia pode estabelecer novos laços de entendimento e mudanças de percepção, a partir de atitudes proativas e sustentáveis, não somente no que tange às questões econômicas, utilitaristas, mas que sejam incluídas como novas perspectivas de valores sociais, étnicos, e principalmente, atitudes fundamentadas em uma educação voltada para a empatia e para a compaixão. Mas, para isso, é imprescindível tanto respeitar a racionalidade humana, entendendo o seu papel nas deliberações práticas, como também estar ciente de que as emoções fazem parte dos processos cognitivos e que são acessadas na relação com o mundo.

Ainda quanto à questão ambiental, propusemos uma reflexão sobre as emoções de acordo com a teoria atitudinal, pois elas envolvem não somente motivações intencionais, mas também relações com os desejos, humores e traços de caráter, permitindo, assim, uma possibilidade de mudança de atitude e, de certa forma, uma aproximação com a natureza. A teoria atitudinal esclarece muitas das relações entre emoções e julgamentos avaliativos, porque um julgamento avaliativo é frequentemente pensado para implicar que o sujeito julgador está motivado a agir de acordo. Dessa forma, as emoções não apenas influenciam os julgamentos sobre o que fazer, mas também são as motivações para que a ação se efetive.

Por fim, para que haja uma mudança efetiva no comportamento humano a partir de ações morais em relação ao meio ambiente, a empatia e a compaixão devem ser consideradas como molas propulsoras capazes de engendrar uma transformação da realidade ambiental, em que o sujeito se torne sensível às propriedades que funcionem com razões a seu favor, ou seja, suas disposições moldadas por seu desenvolvimento histórico idiossincrático, conciliando seus sentimentos, desejos e traços de caráter, para reagir emocionalmente aos agravos à natureza circundante e efetivar de fato as ações de cuidado e conservação.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Pedro. De como escrevemos a vida e a vida se inscreve em nós: um estudo da socialização através da análise de autobiografias. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 111-127. 2014.
- ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. [Ästhetische Theorie.] Trad.: Artur Morão. Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- ALVAREZ, Maria. Reasons for Action: Justification, Motivation, Explanation. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edited by: Edward Zalta. Winter 2016 Edition, 2016. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/reasons-just-vs-expl/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2022.
- BATSON, Charles D. *The altruism question: Toward a social-psychological answer*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1991.
- BEDFORD, E. Emotions. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 57, p. 281-304. 1957.
- BEN-ZE'EV, Aaron. The Thing Called Emotion. In: *The Oxford Handbook of Philosophy of Emotion*. Edited by: Peter Goldie, Oxford University Press, 2010. p. 41-61.
- BERENGUER, J. The effect of empathy in environmental moral reasoning. *Environment and Behavior*, 42, p. 110-134. 2010.
- BREYER, Thiemo. Empathy, sympathy and compassion. In: *The routledge handbook of phenomenology of emotion*. Edited by: Thomas Szanto; Hilge Landweer, 2020. p. 429-440.

BOOCK, Max Alexandria. *Emotion in Science: The Need for Compassion in Wildlife Conservation*. WWU Honors Program Senior Projects. 2020, p. 366. Disponível em: <[emhttps://cedar.wvu.edu/wvu_honors/366](https://cedar.wvu.edu/wvu_honors/366)>. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

BUDOLFSON, Mark Bryant. Consumer Ethics, Harm Footprints, and the Empirical Dimensions of Food Choices. In: *The Oxford Handbook of Food Ethics*. Edited by: Chignell, et al., 2016: p. 163-181. Disponível em: <https://www.academia.edu/43690692/Consumer_Ethics_Harm_Footprints_and_the_Empirical_Dimensions_of_Food_Choices>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

COSTA, Cláudio F. Três níveis de ação. *Ethic@*. Florianópolis, v. 4, n.1, p. 83-93. 2005.

DAVIS, Mark H. Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 44, n. 1, p. 113-126. 1983.

DEONNA, Julian; TERONI, Fabrice. *The Emotions. A Philosophical Introduction*. London/New York: Routledge, 2012.

DEONNA, Julian; TERONI, Fabrice. Emotions as attitudes. *Dialectica*, v. 69, n. 3, p. 293-311. 2015.

DE SOUSA, Ronald. Emotion, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2013/entries/emotion/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

DE SOUSA, Ronald. Emotions, Education and Time. *Metaphilosophy*, 21: p. 434-446. 1990.

DE SOUSA, Ronald. *The Rationality of Emotion*, Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

FAO. *Livestock's Long Shadow: Environmental Issues and Options*, Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2006. Disponível em: <https://www.fao.org/3/a0701e/a0701e00.htm>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GRIFFITHS, Paul E. *What Emotions Really Are: The Problem of Psychological Categories*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

GUTSELL, J. N.; INZLICHT, M. A neuroaffective perspective on why people fail to live a sustainable lifestyle. In H. van Trijp (Ed.), *Multiple selves: Angels, demons, and sustainable behavior*. London: Psychology Press, 2010.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Trad.: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HUME, David (1711-1776). *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Trad.: Débora Danowski. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JAGGER, Alison M. Feminist Ethics. In: *Encyclopedia of Ethics*. Edited by: Becker, L. New York: Garland, 1992. p. 364-367.

JAMES, William. *What is an Emotion? Mind*, v. 9, p. 188-205, 1884.

JAMES, William. *The Principles of Psychology*. New York: Dover, 1890/1950.

LERNER, Jennifer; LI, Ye; VALDESOLO, Piercarlo; KASSAM, Karim. *Emotion and Decision Making*. *Annu. Rev. Psychol.* 66: In press. 2015.

MONTANARELLA, Luca. Trends in Land Degradation in Europe. In: *Climate and Land Degradation*. Edited by: Sivakumar, Mannava V.K.; Ndiang'ui, Ndegwa. Series: Environmental Science and Engineering. Berlin Heidelberg: Springer-Verlag, 2007. p. 106 - 132.

NAESS, Arnie. The shallow and the deep, long-range ecology movements: a summary. In: *Sessions*, George op. cit. Publicado originalmente em *Inquiry* (Oslo), v. 6, 1973.

NUSSBAUM, M. Emotions as Judgments of Value and Importance. In: *Thinking about feeling: Contemporary philosophers on emotions*. Edited by: R. C. Solomon, Oxford University Press, 2004. p. 183-199.

PALMER, Clare; MACSHANE, Katie; SANDLER, Ronald. *Environmental Ethics. Annual Review of Environment Resources*. v.39, p. 419-442. 2014.

PLUMWOOD, Val. *Nature, self and gender: feminism, environmental philosophy and the critique of rationalism*. Hypatia, v. 6, n. 1, p. 3-27. 1991.

PRINZ, Jesse. *The Emotional Construction of Morals*, Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. Trad.: Maria Lúcia Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCARANTINO, Andrea; DE SOUSA, Ronald. Emotion In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2021 Edition), Edited by: Edward N. Zalta. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/emotion/>. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

SCARANTINO, Andrea. The Motivational Theory of Emotions. In: Justin D'Arms Andy; Daniel Jacobson (eds.), *Moral Psychology and Human Agency*, Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 156-185.

SCARANTINO, Andrea. *Basic Emotions, Psychological Construction and the Problem of Variability*, In: Barrett and Russell 2015: p. 334-376. 2015.

SCHULTZ, P. W. Empathizing with nature: The effects of perspective taking on concern for environmental issues. *Journal of Social Issues*, 56, p. 391-406. 2000.

SHELTON, M. L.; ROGERS, R. W. Fear-arousing and empathy-arousing appeals to help: The pathos of persuasion. *Journal of Applied Social Psychology*, 11, p. 366-378. 1981.

SOBEL, David. *Beyond ecophobia*. Great Barrington, MA: Orion Society, 1996.

SOLOMON, Robert C. *The Passions*, Garden City, New York: Doubleday Anchor, 1976.

SOLOMON, Robert C. *What is an Emotion? Classic and Contemporary Readings*, Oxford; New York: Oxford University Press, 2003.

TAM, Kim-Pong. Dispositional empathy with nature. *Journal of Environmental Psychology*, 35, p. 92-104. 2013.

TAPPOLET, Christine. *Émotions et valeurs*, Presses Universitaires de France, França, 2000.

TAPPOLET, Christine. Emotions and the Inelligibility of Akratic Action, In: *Weakness of Will and Practical Irrationality*, Edited by: Sarah Stroud; Christine Tappolet, New York: Oxford University Press, 2003, p. 97-120.

TAPPOLET, Christine. *Emotions, Values and Agency*. New York: Oxford University Press, 2016.

TELES, Eugênia R. *Sobre a determinação das emoções na resolução dos dilemas morais*. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa Integrado de Doutorado em Filosofia das Universidades Federais da Paraíba (UFPB), de Pernambuco (UFPE) e do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

TELES, Eugênia R. Emoção versus Razão: a (ir)racionalidade das emoções em Lavoura Arcaica. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*. v. 11, n. 5, p. 106-128. 2020.

VIEIRA, Cláudia Sintra. *Olhar(es) sobre a Compaixão*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. 88 f.

VOGEL, Steven. *Against Nature: The Concept of Nature in Critical Theory*, Albany: State University of New York Press, 1996.

WOLLHEIM, Richard. *On the Emotions*. New Haven, CT: Yale University Press, 1999.

Informações complementares:

Recebido em: 29 de setembro de 2023

Aprovado em: 14 de outubro de 2023

Publicado em: 30 de outubro de 2023